

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Migração e refúgio no Rio De Janeiro perspectivas e problematizações sobre a realidade.

Maria Leila Sales.

Cita:

Maria Leila Sales (2009). *Migração e refúgio no Rio De Janeiro perspectivas e problematizações sobre a realidade. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/2268>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Migração e refúgio no Rio De Janeiro

**perspectivas e problematizações
sobre a realidade.**

Maria Leila Sales

Programa de Pós-Graduação da Universidade

Católica do Rio de Janeiro-PUC/Rio

mcolibri27@gmail.com

Ao escrever a obra que leva o mesmo título do presente sub-ítem, Aldous Huxley previu ainda na primeira metade do século XX o estabelecimento de uma segregação social acentuada, onde haveria distinção dos seres humanos já no seu momento de nascimento. Dessa forma e utilizando a nomenclatura do autor; eram criadas pessoas Alphas, Betas, Gamas e Zetas. Neste cenário, preponderava o condicionamento social de acordo com a classificação no interior de uma sociedade extremamente hierarquizada.

Assim, cada um nascia com suas características pré-estabelecidas, correspondentes à cada classe a qual faria parte. Desigualdades e insatisfações eram neutralizadas com a intervenção de um Estado controlado por oligarquias que almejavam assegurar a estabilidade social. A esse respeito, o

trecho seguinte de uma correspondência de Huxley¹ é bastante ilustrativo para compreender-se esta processualidade:

“Na verdade, a menos que nos decidamos a descentralizar e a utilizar a ciência aplicada não com o fim de reduzir os seres humanos a simples instrumentos, mas como meio de produzir uma raça de indivíduos livres, apenas podemos escolher entre duas soluções: ou um certo número de totalitarismos nacionais, militarizados, tendo como base o terror da bomba atômica e como conseqüência a destruição da civilização (ou, se a guerra for limitada, a perpetuação do militarismo), ou um único totalitarismo internacional, suscitado pelo caos social resultante do rápido progresso técnico em geral e da revolução atômica em particular, desenvolvendo-se, sob a pressão da eficiência e da estabilidade, no sentido da tirania-providência da Utopia. É pagar e escolher”. (pg.33)

Ao fazer tão contundentes afirmações acerca do futuro, o autor deixa transparecer a possibilidade quase imediata de realização do que chamou de “Utopia e Horror”, sinalizando ainda para as implicações que este acontecimento acarretaria.

No romance fica bastante clara a intervenção estatal com fins de controlar e manter, mesmo que forçosamente, a estabilidade da sociedade. Contemporaneamente, no que diz respeito ao deslocamentos mundiais, pode-se afirmar que, embora não se viva em uma sociedade controlada artificialmente à exemplo do livro, ocorre igualmente, mas em proporção significativa, uma atuação do Estado no sentido de manter seus dispositivos de poder.

Assim, no que diz respeito à população migrante, diferentemente dos primeiros colonizadores que lançavam-se em viagens ao desconhecido em busca de novas terras e riquezas, nos dias atuais poucos ou mesmo nenhum ser humano arriscaria sair de sua terra natal para enveredar-se por terras distantes, sobretudo na condição de refugiado, o que por si só incorpora uma soma de ausências e perdas, principalmente dos direitos, a não ser que tivesse como finalidade única, preservar a própria existência.

Nesse contexto a discussão do êxodo constitui-se como fator indissociável da discussão do papel do Estado. Ambos estão intrinsecamente ligados, pois no contexto da globalização localizar o movimento migracional seja ele de ordem voluntária ou compulsória consiste em grande

¹ . Fragmento retirado do documento : www.ic.unicamp.br/~vignatti/leitura/admiravel

desafio, não somente pelas abordagens diversas, mas sobretudo quando o objetivo é focalizar especificamente o papel do Estado nesse processo.

A esse respeito, durante pesquisa realizada para o presente estudo, constatou-se a dificuldade no interior da organização estatal de lidar com os grandes fluxos migratórios, isso se deveu em parte ao fator econômico bastante presente na maioria das análises existentes. Porém, não é possível nem correto reduzir a problemática da desterritorialização somente à natureza econômica, embora seja quase automático relacionar as migrações às implicações ou efeitos que as mesmas trazem para o desenvolvimento, seja dos países de origem, seja para os que acolhem esses fluxos.

Esta constatação é histórica e pode ser verificada já no início dos fluxos migratórios, quando as então metrópoles da época iniciavam os primeiros eventos de invasão e colonização de novas terras em busca de riquezas e mão-de-obra escrava.

O reconhecimento dessa supremacia do caráter econômico pode fornecer também, elementos para entender as novas configurações assumidas para justificar a rejeição dos deslocados no mundo contemporâneo.

O que é importante destacar no que diz respeito principalmente aos países de acolhida, é justamente essa preponderância do fator econômico, que catalisa novas formas de rejeição e resistência aos migrantes, norteadas por implicações de natureza étnica e cultural, submersas por sua vez, no caldo do “controle dos corpos” presente nas técnicas de natureza biopolítica já abordadas no presente trabalho.

O protecionismo econômico de boa parte dos países que resistem em acolher essa população, aliado ao viés discriminatório presente no seu interior, tem se mostrado bastante eficaz no processo de fechamento de suas fronteiras. Isso reitera mais uma vez a atualidade das afirmações de Arendt (1987) que chamava (já na década de 1940) a atenção para o fato de que “O mundo não viu nada de sagrado na abstrata nudez de ser unicamente humano”.

Na verdade parece que esse processo escamoteou a outra parte da questão, ou seja, para manterem sua estrutura muitos países se recusam a reconhecer as implicações subjacentes no ato de migrar, e que se estendem para além de sua própria realidade e equilíbrio internos, agravando com isso um cenário que por si só já apresenta grandes desafios, justamente porque exige medidas que se referem inclusive aos limites da autonomia e supremacia desses Estados-Nação.

A complexidade da questão leva Gomes² a recuperar algumas análises na área, no sentido de entender as possibilidades e limites das explicações que se tem registro econômico, nesse sentido ele sublinha que:

“Grande parte dos trabalhos acadêmicos sobre migrações internacionais se limita a esta única hipótese e se contenta a descobrir, por um lado, quais são os fatores racionais que empurram o indivíduo a sair de seu território, de sua comunidade de origem, e, por outro lado, quais são os fatores capazes de puxar o imigrante para a comunidade de adoção (e aqui acrescento, de acolhida), a ponto de ter vontade (ou necessidade) de aí estabelecer uma residência.

Dentro desse registro, os autores, de acordo com suas abordagens específicas, definem as respectivas variáveis complementares a estas forças motrizes dos fluxos migratórios internacionais”. (Pg.238)

Para o autor as análises meramente economicistas são seguidas de análises sociológicas que revelam, de forma valiosa, aspectos importantes e não contemplados anteriormente, pois:

“Reforçam o papel considerável que as redes sociais exercem para o desenvolvimento do fenômeno migratório. Segundo as análises de Portes e Sasse, o capital social, traduzido em uma estrutura social de acolhida construída pouco a pouco pelas comunidades de imigrantes, seria um dos fatores que mais encorajaria os novos membros, independente da conjuntura econômica do país”. (pg.277)

Em outras palavras, as redes sociais ou de sobrevivência tecidas pelos compatriotas, seja na condição de imigração ou refúgio, tem papel preponderante no momento de decidir o destino a ser seguido pelo migrante. Isto ficou bem claro nas entrevistas realizadas para este trabalho, conforme ilustra a fala a seguir:

² GOMES.C.P In. POVOA H. e PACELLI. A .Cruzando Fronteiras Disciplinares: Panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro, Revan, Rio de Janeiro 2005.

“Vim sozinho para o Brasil sem conhecer ninguém, mas sabia que aqui moravam muitos congolese que alugavam quarto e ajudavam no começo. Também no avião conversei com uma pessoa do meu país que me deu o endereço de outros compatriotas lá na Baixada. Fiquei dividindo um quarto com mais seis refugiados, um ajudava o outro até conseguir um emprego ou como se virar”. Agora entrei com meu pedido de refúgio. (G.F. 31 anos, congolês).

Desse modo, avançar para além da abordagem macroeconômica constitui fator decisivo na análise dos deslocamentos, pois ao fazer-se este movimento é possível então lançar luz sobre outros condicionantes igualmente relevantes no processo de migração, não se perdendo então a possibilidade de explorar/discutir dimensões extremamente representativas e importantes como a da política, por exemplo. Pois para Gomes, (2005):

“Ao desconsiderar a dimensão política, essas análises esquecem de maneira errônea que o Estado tem um papel importante na regulação e no controle dos fluxos migratórios. A abstração feita das decisões tomadas pelas instituições políticas impede a boa compreensão do fenômeno migratório, que, por sua própria natureza, é um fenômeno político, pois implica, antes de mais nada, no abandono voluntário ou involuntário do indivíduo de sua comunidade política de origem.” (Pg. 291)

Ao dar visibilidade à análise política das questões que envolvem os deslocamentos, abre-se assim, um leque de possibilidades para abordar e avançar na compreensão deste fenômeno que se mostra acentuadamente contemporâneo e crescente.

Seguindo este fluxo, é bastante interessante verificar a forma como essas análises vão ao encontro e constata em sua maioria, a posição soberana do Estado, assim como a autonomia do mesmo, no que se refere ao exercício do controle e nas decisões não somente políticas, mas também sobre todo o contexto que envolve os movimentos de entrada e saída de estrangeiros, assumindo em alguns momentos as mesmas feições absolutistas do passado.

Para melhor compreender este traço, vale a pena conhecer a análise desenvolvida pelo escritor francês Gérard Noiriel³, que concentra sua atenção e interesse exclusivamente na população migrante, que para ele é quem sente e se submete de forma mais direta “a dominação do Estado de Direito e a maneira pela qual o mesmo exerce esta dominação” (Gomes apud Noiriel, 2005).

Para fazer tais afirmações, o autor concentrou sua atenção especificamente no estudo e observação do que chamou de “arsenal de instrumentos políticos” postos em prática, segundo ele, “pelo Estado francês para melhor controlar e reprimir o fluxo migratório”.

Para este autor, o grau de sujeição ao qual as populações deslocadas são submetidas significa e ao mesmo tempo ratifica o que chamou de “Tirania do nacional” lembrando por vezes a definição hegeliana⁴ de Estado, pois atribui ao mesmo características da própria razão:

“Em si e para si, o Estado é a totalidade ética, a realização da liberdade, e que a liberdade seja real, é a finalidade absoluta da razão. O Estado é a realidade em ato da Idéia moral objetiva, o espírito como vontade substancial revelada, clara para si mesma, que se conhece e se pensa, e realiza o que sabe e porque sabe (Filosofia do Direito, pg. 216).

Noiriel credita ao arsenal de instrumentos políticos utilizados pelo Estado o controle e repressão dos fluxos migratórios na Europa e mais especificamente em países como a França. Este modelo de controle só foi possível porque segundo o autor, a população imigrante ou refugiada tornou-se invisível no espaço público justamente por se encontrar privada de qualquer forma ou mecanismo de representação.

Dessa forma, as estratégias de controle dos deslocados acabam colaborando para o agravamento da questão no sentido de que criam novas formas de discriminação e criminalização dessas populações, conforme apontado por Póvoa (2005):

“A idéia de “invasão”, normalmente associada a hordas, a bárbaros, goza de imensa popularidade no discurso político anti-imigrantista. É notório que os imigrantes servem freqüentemente como catalisadores de múltiplas

³ NOIRIEL. G. Etat, nation et immigration. Vers une histoire du Pouvoir, ed. Belin, 2000.

⁴ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich, - Princípios da Filosofia do Direito/Tradução Orlando Vitorino- São Paulo: Martins Fontes, 1997.

frustrações, bem como de temores difusos contra ameaças dificilmente localizáveis. Sendo geralmente o “alvo mais visível”, não é de admirar o número de vezes que sobre os mesmos desembocam agressões e acusações várias. Daí se falar, em criminalização, não somente dos migrantes, mas da própria migração como processo”.

O fato é que ao se destacar as formas de controle sobre os deslocados seja no âmbito legislativo, institucional ou econômico, o que realmente se sobressai nessa processualidade é a importância das variáveis políticas na formulação e definição do movimento migratório contemporâneo, pois promovem um avanço, revelando a importância das trajetórias realizadas pelos deslocados em uma sociedade que, contrariamente ao passado, erodiu suas fronteiras para o capital, erguendo em contrapartida muros por vezes intransponíveis para os que têm no refúgio, a única possibilidade de sobreviver.

Nessa perspectiva pode-se observar ainda que o destino coletivo é decidido cada vez mais longe da esfera da política. Aqui se poderia perguntar como já feito no terceiro capítulo, para que serve afinal a política ou qual o sentido da mesma, uma vez que ela sofre mutações constantes que a desconfiguram e a afastam de seu sentido original. Seria o caso de indagar também, a exemplo de Bignotto⁵, se a sociedade atual estaria desprovida de virtudes.

⁵ . BIGNOTTO, N. Uma Sociedade sem Virtudes?. www.cultura.gov.br. 2008.